

## RECURSOS EDUCACIONAIS ABERTOS COMO VIVÊNCIA DIDÁTICA: CONSTRUÇÃO COLETIVA E EXPERIÊNCIA COMPARTILHADA

**Luiz Antonio Staub Mafra<sup>1</sup>**

<sup>1</sup> Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA/UNIFAL-MG) – Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública e Sociedade – Varginha-MG/Brasil

### Resumo

O texto aqui apresentado refere-se ao resultado do trabalho de organização em conjunto com os estudantes do Programa de Pós-graduação em Gestão Pública e Sociedade da UNIFAL-MG (unidade curricular “Público, Privado e Sociedade: tensões e complementaridades”), os quais desenvolveram 5 propostas de Recursos Educacionais Abertos para apoio ao gestor escolar e implementação nas escolas. Os debates conceituais ensejaram a produção de artigos científicos e também dos materiais que ficarão disponíveis de forma aberta para profissionais da educação. Assim, os diferentes temas refletem as experiências prévias dos estudantes e a disposição em compartilhar e construir o conhecimento de forma coletiva e livre, retratadas como uma experiência didática.

**Palavras-chave:** Recursos Educacionais Abertos. Gestão Educacional. Aprendizagem coletiva.

### Educational resources open as a didactic experience: collective construction and shared experience

The text presented here refers to the result of the work of organizing together with the students of the Postgraduate Program in Public Management and Society at UNIFAL-MG (curricular unit “Public, Private and Society: tensions and complementarities”), where 5 proposals for Open Educational Resources were developed to support school managers and implement them in schools. The conceptual debates inspired the production of scientific articles and also of materials that will be made available in an open format to education professionals. Thus, the different themes reflect the students’ previous experiences and their willingness to share and build knowledge collectively and freely, portrayed as a didactic experience.

**Keywords:** Open Educational Resources. Educational Management. Collective Learning.

### Recursos educacionais abertos como vivência didática: construcción colectiva y experiencia compartida

El texto que aquí se presenta hace referencia al resultado del trabajo organizativo en conjunto con estudiantes del Programa de Posgrado en Gestión Pública y Sociedad de la UNIFAL-MG (unidad curricular “Público, Privado y Sociedad: tensiones y complementariedades”), donde se presentaron 5 propuestas de Recursos Educativos Abiertos. fueron desarrollados para apoyar a los administradores escolares y su implementación en las escuelas. Los debates conceptuales inspiraron la producción de artículos científicos y también materiales que estarán abiertamente disponibles para los profesionales de la educación. Así, las diferentes temáticas reflejan las experiencias previas de los estudiantes y su voluntad de compartir y construir conocimientos de manera colectiva y libre, retratada como una experiencia didáctica.

**Palabras clave:** Recursos educativos abiertos. Gestión Educativa. Aprendizaje colectivo.

DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.14386407>

ISSN: 2359-6252

Editora-chefe: Leticia Lima Milani Rodrigues

Editor-adjunto: Vinicius de Souza Moreira



## APRESENTAÇÃO

A presente seção temática da Revista Caderno de Estudos Interdisciplinares (CEI) tem como foco a construção de uma relação de ensino aprendizagem em que extrapola a dimensão da sala de aula e ganha espaço para além dos muros da universidade.

Os textos que aqui se apresentam foram organizados a partir de uma ‘experiência’ de aprendizados compartilhados na disciplina “Público, privado e sociedade: tensões e complementaridades” do Programa de Pós-graduação em Gestão Pública e Sociedade (PPGPS/UNIFAL-MG). Inicialmente, considera-se uma ‘experiência’, pois a sala de aula pode ser também um laboratório para descobertas de novas formas na relação ensino-aprendizagem e também um espaço para a construção de conhecimento.

Nesse espaço de construção, a mediação e a interlocução implicam o reconhecimento dos sujeitos envolvidos. Assim, exige-se uma compreensão de ensino como uma relação em que ‘o outro’ é reconhecido também por suas capacidades e não apenas pela ausência de conhecimento, isso possibilita a construção e o compartilhamento das vivências, das experiências de vida, das leituras, das interpretações e conexões que se estabelecem entre os conteúdos e as distintas realidades que se encontram numa sala de aula. Este aprendizado coletivo é muito rico, pois depende-se a dedicação de tempo, de esforço e disposição para contribuir com o processo de construção do conhecimento.

Dessa forma, o que aqui se apresenta é o esforço dessa construção coletiva iniciada numa disciplina de pós-graduação que, além da formação das capacidades e habilidades para se tornarem pesquisadores, tem também como um dos pilares a formação de professores. Embora a formação docente fique um pouco subsumida frente à área de pesquisa, há muito espaço para valorização desta atividade e se distanciar daqueles modelos de educação apontados por Demo (2018) onde predominam métodos de reprodução do conhecimento baseados aula, repasse e provas. Outros métodos podem ser empregados que estimulem a valorização da troca e a interação entre os sujeitos, o que podemos compreender como um processo de humanização e não de mecanização do ensino.

O processo de humanização no ensino não depende somente do professor e do estudante em sala de aula, mas também de toda estrutura institucional que, em diferentes graus, pode afetar o ambiente na sala de aula, pois implica em adequações ao tempo burocrático em suas métricas, metas, conteúdos e não necessariamente o tempo do aprendizado, da assimilação e das trocas.

Outro desafio colocado nessa relação ensino-aprendizagem talvez seja a produção de significado, não somente para o professor, mas para o estudante. Para produzir significado é necessário estabelecer uma relação de ‘mão dupla’, ou, como diria Paulo Freire (1994), ao mesmo tempo que ensinamos também aprendemos, pois o estudante carrega uma expertise que, em muitos casos, nem ele mesmo sabe. O significado encontra sentido quando é possível ligar os pontos de suas experiências de vida, onde possa se colocar como sujeito do aprendizado.

Há uma linha tênue que separa o professor que ensina do professor que aprende, ou ainda, o professor que ‘aprende junto’. Talvez essa seja uma das chaves para pavimentar um caminho no sentido de diminuir as pressões e as cobranças e ter um processo mais humanizado de ensino aprendizagem no espaço escolar.

Essa foi a tônica implementada na disciplina ‘Público, privado e sociedade: tensões e complementaridades’ do Programa de Pós-graduação em Gestão Pública e Sociedade. É claro que a proposta da disciplina e, por se tratar de um programa interdisciplinar, propiciam um ambiente mais adequado para algumas discussões, bem como o envolvimento e valorização da trajetória do estudante, mas foi uma experiência importante o suficiente para desejarmos compartilhar nesta sessão especial da Revista CEI.

Assim, no primeiro semestre de 2023 os pós-graduandos ingressaram pelo sistema de seleção e incentivados pelo Projeto Trilhas de Futuro, o que permitiu a conformação de perfil diverso, mas ao mesmo tempo confluindo para experiências valiosas na área de educação. Isso ajudou na dinâmica

das aulas para se pensar como essas experiências poderiam contribuir para o desenvolvimento das escolas, o que logo se transformou na linha didática da disciplina.

Nessa relação de produção de significados e as discussões sobre o público e o privado, logo ganharam corpo as questões ligadas à educação; houve uma convergência do tema para se pensar na produção de conteúdo para auxiliar os gestores escolares no aprimoramento de suas tarefas de gestão escolar.

A dinâmica desse trabalho desenvolvido em sala com os estudantes foi abordada no bojo das discussões sobre os Recursos educacionais abertos (REA), o qual transborda elementos para a discussão sobre o público e o privado, categoria transversal em todas as discussões. Ou seja, a partir dos conceitos apresentados, os estudantes procuraram refletir sobre como poderiam auxiliar na construção de pesquisas e conteúdo para explicitar de forma aberta e livre um pouco da experiência e de suas trajetórias. Assim, o processo didático passa a ser não só a assimilação do conteúdo, mas também que aquele conteúdo pudesse contribuir também com os gestores escolares. Mas, mais do que cartilhas que ensinam ‘como fazer’, as propostas construídas apresentavam algo em comum: a possibilidade de os gestores poderem diagnosticar e refletir sobre suas realidades e compreender que a função de educar não é só atribuição das escolas. Como previsto na Constituição Federal de 1988, a educação é atribuição de todos: do estado, da sociedade, das famílias, da comunidade. Assim, é preciso envolver a todos no processo de educação de crianças, jovens e adolescentes.

Este tema é abordado no artigo **“Intersetorialidade no contexto da gestão escolar: um caminho possível para o enfrentamento dos problemas sociais”** de autoria de Simone de Fátima Soares da Rocha, onde ela discute outras esferas de responsabilidade na área de educação no município em que, muitas vezes, não há diálogos, mas que há uma necessidade de interlocução sob o risco de que os problemas recaiam sobre os gestores sem que estes tenham qualquer possibilidade de atendimento de certas demandas. Assim, a autora elabora uma proposta de mapeamento que possibilita a construção de alternativas com instituições externas à escola, contando com pessoal especializados em outras áreas do setor público.

Ainda na linha de articulações institucionais, o texto de Vinícius Guimarães de Souza **“Articulação universidade-escola: possíveis trocas e interações entre agentes da educação”**, revela o potencial gerador de conhecimento na parceria entre as universidades e as escolas, possibilitando os ganhos mútuos quando o trabalho é realizado por meio de compartilhamentos e quando são estimuladas as sinergias institucionais.

No sentido de reforçar o apoio para toda a comunidade escolar que o texto de Betânia da Silva Pinto Gaudêncio e Luiz Antonio Staub Mafra aborda o Programa Benefício de Prestação Continuada nas Escolas (BPC nas escolas). Com o artigo **“BPC na escola: gestores escolares parceiros para a efetivação da política pública assistencial”**, os gestores escolares poderão reunir esforços para que os estudantes com deficiência possam ser amparados por programas sociais que nem sempre estão à disposição.

Ainda com relação à garantia dos direitos dos estudantes e o combate à violência contra as mulheres, os autores Monica Junqueira Cardoso e Vinícius Guimarães de Souza organizaram um relato de experiência sobre uma campanha contra a violência de gênero no artigo intitulado: **“Vivenciando o combate à violência de gênero nas escolas: mulheres Unidas por uma Cultura de Paz nas Escolas”**

Na área de organização sindical, a autora Ana Maria Dias Freschi com o artigo **“Os impactos da reforma trabalhista no financiamento das entidades sindicais de docentes do ensino público”**, mostra a deterioração dos direitos trabalhistas dos docentes e os impactos com a reforma implementada desde 2017 e destaca a importância de os gestores estimularem o debate em torno da sindicalização e da participação nos espaços políticos para a garantia dos direitos de toda a classe de professores.

Todos os materiais no formato de Recursos Educacionais Abertos estarão disponíveis para os leitores e também para os gestores escolares no link: <https://www.unifal-mg.edu.br/cead/unifal-interativa/>.

## REFERÊNCIAS

DEMO, P. **Atividades de aprendizagem**: Sair da mania do ensino para comprometer-se com a aprendizagem do estudante. Campo Grande, MS: Secretaria de Estado de Educação do Mato Grosso do Sul – SED/MS, 2018.

FREIRE, P. Ensinar, aprendendo. **Jornal 'O Comunitário'** Ed. 38, Publicação da Escola Comunitária de Campinas, março de 1994.

## Sobre o autor

**Luiz Antonio Staub Mafra**  

[luiz.mafra@unifal-mg.edu.br](mailto:luiz.mafra@unifal-mg.edu.br)

Possui graduação em Administração Rural pela Universidade Federal de Lavras (1993), mestrado (2004) em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade e doutorado (2008) pelo Programa de Ciências Sociais da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA). É professor do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal de Alfenas (Campus Varginha). Vinculado ao Programa de Pós-graduação em Gestão Pública e Sociedade (mestrado acadêmico). Tem experiência na área de Administração Pública, com ênfase em Políticas Públicas, atuando principalmente nos seguintes temas: desenvolvimento socioeconômico, segurança alimentar e nutricional, diagnóstico e planejamento participativos, gestão pública, elaboração e gestão de projetos.